



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE

SÃO VALENTIM

PROJETO DE LEI MUNICIPAL 028/2017 DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

Cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS), Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e dá outras providências.

CLEOMAR JOÃO SCALNDOLARA, prefeito de São Valentim – RS, no uso das atribuições que a lei lhe confere, *faz* saber que encaminhou a Câmara o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS de caráter deliberativo e com a finalidade de assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas na área habitacional, além de gerir o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS a que se refere o art. 2º.

Art. 2º - Fica criado o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, destinado a proporcionar apoio e suporte financeiro à implementação de programas habitacionais voltados à população de baixa renda.

Parágrafo Único. Fica estipulado que 100% dos recursos do FMHIS serão destinados à população com renda, por grupo familiar, de até 03 (três) salários mínimos vigentes no País.

Art. 3º - Os recursos do FMHIS, em consonância com as normas e diretrizes do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, serão aplicados em:

- I** - construção de moradias pelo Poder Público ou em regime de mutirão;
- II** - produção de lotes urbanos;
- III** - urbanização de favelas;
- IV** – melhorias de unidades habitacionais

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

Cep: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49





Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE

SÃO VALENTIM

V - aquisição de materiais de construção;

VI - construção e reforma de equipamentos comunitários e institucionais, vinculados a projetos habitacionais;

VII - regularização fundiária;

VIII - aquisição de imóveis para locação social;

IX - serviços de assistência técnica e jurídica para a implantação dos objetivos da presente Lei;

X - serviços de apoio à organização comunitária em programas habitacionais;

XI - complementação da infraestrutura em loteamentos deficientes deste serviço, com a finalidade de regularizá-lo;

XII - ações em cortiços e habitações coletivas com o objetivo de adequá-los à dignidade humana;

XIII - projetos experimentais de aprimoramento tecnológico na área habitacional;

XIV - reassentamento de moradores em situação de risco ou em áreas de preservação ambiental em áreas ocupadas irregularmente por população de baixa renda;

XV - implementação ou complementação de equipamentos urbanos de caráter social em áreas de habitações populares;

XVI - aquisição de áreas para a implantação de projetos habitacionais;

XII - contratação de serviços de terceiros, mediante licitação para execução ou implementação de projetos habitacionais e de regularização fundiária.

Art. 4º - Constituirão receita do FMHIS:

I - dotações orçamentárias próprias;

II - recolhimento de prestações de financiamentos de programas habitacionais;

III - doações, auxílios e contribuições de terceiros;

IV - recursos financeiros oriundos da União, do Estado e de outros órgãos públicos, repassados diretamente ou através de convênio;

V - recursos financeiros oriundos de entidades internacionais de cooperação, repassados diretamente ou através de convênio;

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

Cep: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49





Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE

SÃO VALENTIM

VI - aporte de capital decorrente de operações de crédito em instituição financeira, quando previamente autorizados por lei específica;

VII - rendas provenientes da aplicação de seus recursos no mercado de capitais;

VIII - outras receitas provenientes de fontes aqui não explicitadas, com exceção de impostos.

§1º As receitas descritas neste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em estabelecimento de crédito;

§2º Quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades próprias, os recursos do Fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, de acordo com a posição das possibilidades financeiras aprovadas pelo CMHIS, objetivando o aumento das receitas do FMHIS, cujos resultados a ele reverterão.

Art. 5º - Os recursos serão destinados prioritariamente a projetos que tenham como componentes organizações comunitárias, Associações de Moradores e Cooperativas Habitacionais, cadastradas junto ao CMHIS, após aprovados por este, mediante apresentação da documentação necessária, sendo indispensável memorial descritivo, relatório de impacto ambiental, orçamento global e unitário, prazo de conclusão e condições de pagamento.

Art. 6º - O FMHIS de que trata a presente Lei, ficará vinculado à rubrica orçamentária da Secretaria Municipal de Obras e Habitação.

Art. 7º - A Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Obras Habitação, fornecerá os recursos humanos e materiais necessários à implantação dos objetivos da presente Lei.

Art. 8º - Qualquer cidadão ou entidade associativa ou de classe poderá requisitar informações e verificar os documentos pertinentes ao FMHIS, tendo por dever denunciar qualquer irregularidade ou ilegalidade comprovada.

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

Cep: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49





Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE

SÃO VALENTIM

Art. 9º - Compete à Secretaria Municipal da Fazenda:

I - administrar o FMHIS, em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;

II - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do FMHIS;

III - firmar convênios e contratos, inclusive empréstimos, juntamente com o Prefeito Municipal, referentes a recursos que serão administrados pelo CMHIS;

IV - recolher a documentação das despesas e da receita, encaminhando à Contabilidade Geral do Município, assim como as demonstrações mensais da receita e das despesas do FMHIS;

V - submeter ao CMHIS as demonstrações mensais da receita e despesas do FMHIS;

VI - levar ao CMHIS, para conhecimento, apreciações, deliberações e projetos do Executivo na área da habitação.

Art. 10 - O CMHIS será constituído por dez (dez) membros, a saber:

- 05 (cinco) representantes do Poder Público Municipal, sendo:

- 01 (um) da Secretaria Municipal de Assistência Social;

- 01 (um) da Secretaria Municipal de Obras e Habitação;

- 01 (um) da Secretaria Municipal da Fazenda;

- 01 (um) da Secretaria Municipal Agricultura e Meio Ambiente e

- 01 (um) da Secretaria Municipal de Administração;

- 05 (cinco) representantes da sociedade civil, sendo:

- 01 (um) da Associação de Moradores do Loteamento do Piá – Bairro Bela

Vista;

- 01 (um) do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Valentim;

- 01 (um) da Câmara Municipal de Vereadores de São Valentim;

- 01 (um) do Círculo de Pais e Mestres da Escola Municipal Azídia dos Santos

Capellari;

- 01 (um) da Associação Comercial e Industrial de São Valentim – ACISVA.

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

Cep: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49





Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE

SÃO VALENTIM

§ 1º Tanto o Poder Público como as entidades indicarão o(s) membro(s) titulares, bem como seus suplentes;

§ 2º Cada entidade terá o prazo de 30 (trinta) dias par a indicar seus representantes;

§ 3º Caso alguma entidade não informe seu representante, será excluída do CMHIS;

§ 4º O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitindo-se a recondução por igual período;

§ 5º A designação dos membros do Conselho será feita por ato do Prefeito Municipal;

§ 6º O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 11 - O CMHIS reunir-se-á ordinariamente, pelo menos 02 (duas) vezes por ano, devendo o calendário ser fixado pelo próprio Conselho.

Art. 12 - Na primeira reunião de cada gestão, o Conselho elegerá, dentro de seus membros, a Diretoria que será composta por um Presidente, um Vice-Presidente e por Secretários, que tomarão posse no mesmo ato.

Art. 13 - As decisões do Conselho serão tomadas com a presença da maioria absoluta de seus membros, tendo o Presidente o voto de qualidade.

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

Cep: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49





Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE

SÃO VALENTIM

Art. 14. A convocação para as reuniões será feita por escrito, com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, no caso das reuniões ordinárias; para as reuniões extraordinárias o prazo será de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 15. O Conselho terá seu Regimento Interno, que regerá o funcionamento das reuniões e disporá sobre a operacionalidade das suas decisões.

Art. 16. Em benefício de seu pleno funcionamento, o Conselho poderá solicitar a colaboração do Executivo Municipal na tarefa de assessorar as reuniões, podendo utilizar os serviços das unidades administrativas do município que forem necessárias.

Art. 17. São atribuições do Conselho:

- I** - determinar as diretrizes e normas para a gestão do FMHIS;
- II** - estabelecer programas anuais e plurianuais de recurso do FMHIS;
- III** - estabelecer limites máximos de financiamento, a título oneroso ou a fundo perdido, para as modalidades de atendimento previstas no art. 3º;
- IV** - definir políticas de subsídios na área habitacional;
- V** - definir formas de repasse a terceiros dos recursos que estão sob a responsabilidade de terceiros;
- VI** - estabelecer as condições de retorno dos investimentos;
- VII** - definir as formas e os critérios para a transferência dos imóveis vinculados ao Fundo aos beneficiários dos programas habitacionais;
- VIII** - traçar normas para a gestão do patrimônio vinculado ao Fundo;
- IX** - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo, solicitando, se necessário, o auxílio do órgão de finanças do Poder Executivo;
- X** - dirimir dúvidas quanto a aplicação das normas regulamentares relativas ao Fundo, nas matérias de sua competência;
- XI** - propor medidas de aprimoramento do desempenho do Fundo, bem como outra forma de atuação, visando à execução dos objetivos do programa social;
- XII** - acompanhar e fiscalizar a execução dos programas habitacionais, podendo requerer embargos das obras, suspensão ou liberação de recursos, uma vez constatado o desvio

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

Cep: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49





Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE

SÃO VALENTIM

dos objetivos do projeto, irregularidades na aplicação dos recursos, desrespeito às normas da boa técnica ou agressão ao meio ambiente;

XIII- propor e aprovar convênios destinados à execução de projetos habitacionais de urbanização e de regularização fundiária.

Art. 18. O Fundo de que trata a Lei terá vigência ilimitada.

Art. 19. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, a contar no Orçamento do Município.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário, bem como, fica extinto o fundo de que trata a Lei Municipal 1.845/02 de 04 de março de 2002, devendo os valores daquele fundo serem transferidos para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), criado pela presente Lei.

GABINETE DO PREFEITO, 15 DE AGOSTO DE 2017.

CLEOMAR JOÃO SCANDOLARA

Prefeito

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

Cep: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49





Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE

SÃO VALENTIM

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Nobres Vereadores:

Ao cumprimentá-los, cordialmente, estamos encaminhando a Vossas Excelências o presente Projeto de Lei Municipal que tem por objetivo reestruturar o Fundo Municipal de Habitação, com foco em programas e projetos que atendam a necessidade da população de baixa renda de nosso Município.

Assim, poderemos investir os recursos públicos na melhoria de residências, regularização de imóveis em situação de risco e buscar a melhora das condições de vida das famílias em situação precária de moradia.

Estes são os motivos que nos levaram a encaminhar o presente Projeto de Lei, rogando a Vossas Excelências pela aprovação, em regime de urgência.

Atenciosamente.

CLEOMAR JOÃO SCANDOLARA

Prefeito

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

Cep: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49

